

PRÁTICAS DECOLONIAIS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Danielle Vitória Pessoa de Sales Santos¹
Thaís Oliveira de Souza²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo refletir acerca da prática docente na Educação Infantil, a partir de uma proposta educativa decolonial, considerando a necessidade de proporcionar espaços educativos que contemplem a diversidade étnica e cultural brasileira, tendo em vista o colonialismo ocasionado pelas relações de poder estabelecidas com a Europa. Para isso, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: Conhecer quais as contribuições que a proposta decolonial imprime na luta por uma educação antirracista; Identificar a partir de uma experiência docente no contexto da Educação Infantil, quais os desafios encontrados no desenvolvimento de práticas pedagógicas decoloniais; Refletir sobre o planejamento e impacto das atividades de valorização da Cultura e História Afro-Brasileira, desenvolvidas em um contexto de Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo, com dados proveniente de vivências em contexto de Educação Infantil, em uma turma de crianças de quatro anos de idade. Nesta produção textual buscamos compreender a importância das temáticas que envolvem a Educação para as Relações Étnico Raciais, desde a primeira infância. Alicerçamos nossas discussões na Lei 10.639 que garante a obrigatoriedade do ensino da história e cultura Afro-brasileira e africana na Educação Básica. Observamos que se torna essencial promover diálogos, discussões e aprendizagens acerca da nossa história e ancestralidade com crianças pequenas, promovendo ambientes em que as identidades sejam construídas de forma positiva, para que haja o sentimento de reconhecimento e pertencimento a uma cultura de pluralidade e resistência.

Palavras-chave: Decolonial, Antirracismo, Educação Infantil, Ancestralidade, Identidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou refletir sobre os entrelaçamentos da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), no contexto da Educação Infantil (EI), a partir da perspectiva decolonial, tendo em vista o contexto histórico brasileiro de genocídio e apagamento da população negra. A colonialidade imposta ao Brasil, acarretou em relações de poder no qual possibilitaram o eurocentrismo no país, tornando a Europa

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, danielle.santos@academico.ubpb.br;

² Professora orientadora: doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis, Professora do Departamento de Fundamentação da Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, thais.oliveira@academico.ufpb.br



hegemônica, subalternizado línguas, saberes, culturas e modos de viver dos outros povos. Através dessa problemática, torna-se essencial discutir e promover debates nos espaços educativos sobre o racismo estrutural que acomete todas as camadas do nosso Estado.

O racismo está inserido no cotidiano de todas as pessoas negras, independentemente do gênero e idade, tanto crianças, quanto adultos, são vítimas do preconceito racial. Por isso, é imprescindível, a implementação da educação antirracista no ambiente educacional desde a primeira infância. Em 2003 através das disputas curriculares e da luta do movimento negro, foi implementada a Lei 10.639 que tornou obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, na Educação Básica, com o intuito de reparar os danos que a discriminação racial causou e continua causando no país. Com isso, perguntamo-nos como as práticas decoloniais podem ser inseridas no contexto da EI, para promover o antirracismo e a valorização da ancestralidade e pertencimento das crianças negras?

O objetivo geral elencado nesta pesquisa, foi refletir acerca da prática docente na EI, a partir de uma proposta educativa decolonial, considerando a necessidade de proporcionar espaços educativos que contemplem a diversidade étnica e cultural brasileira. Para isso, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: Conhecer quais as contribuições que a proposta decolonial imprime na luta por uma educação antirracista; Identificar a partir de uma experiência docente no contexto da Educação Infantil, quais os desafios encontrados no desenvolvimento de práticas pedagógicas decoloniais; Refletir sobre o planejamento e impacto das atividades de valorização da Cultura e História Afro-Brasileira, desenvolvidas em um contexto de Educação Infantil.

O trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo, com dados provenientes de uma turma de EI com crianças de quatro anos de idade.

Para apresentação e discussão dos dados, inicialmente apresentamos o referencial teórico sobre decolonialidade e educação antirracista, detalhando posteriormente a metodologia e, por fim, trabalharemos os dados coletados na experiência de campo.

METODOLOGIA



A pesquisa segue a abordagem qualitativa que busca compreender e refletir sobre as relações e acontecimentos entre os sujeitos. “Trabalham com vivências, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana” (Minayo, 2002, p. 24).

O arcabouço teórico bibliográfico levantado para refletir sobre o problema de pesquisa, se deu a partir de autoras que em sua grande maioria são mulheres pretas, quando Bárbara Carine discutiu sobre a decolonialidade (2023), a Jussara Santos (2024) abordando as relações raciais e o afeto, e a Nilma Lino Gomes (2012) discorrendo sobre as disputas que existem no currículo.

Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo através de vivências enquanto professora na turma do infantil IV, em uma instituição privada na cidade de João Pessoa na Paraíba. A turma contava com seis crianças na faixa etária de quatro anos. A escola participante posiciona-se seguindo os princípios da pedagogia Freinet e Freireana. Assim, segue abordando a metodologia de projetos, buscando inserir a criança como protagonista do seu desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao refletirmos sobre a formação histórica do Brasil não há como não pensarmos nos séculos de exploração e o processo de escravização em que milhares de pessoas foram traficadas e forçadas ao trabalho compulsório. Todo esse contexto histórico foi, e é, marcado por uma estrutura colonial que instaurou um sistema hegemônico onde povos foram subalternizados em detrimento de outros. Desde a invasão dos europeus em 1.500, estabeleceu-se um modelo de língua, costumes, cultura, saberes e práticas a ser seguido, que invisibilizou as demais formas de ser e estar no mundo. As relações raciais determinadas nesse movimento, marginalizou e racializou os sujeitos que não se encaixavam na forma universal do ser branco e cristão.

A colonialidade enquanto estrutura ideológica de poder e saber permanece ativa na organização social de nosso país até os dias atuais. Em oposição a essa dominação que acaba por marginalizar e invisibilizar as pessoas negras, surge a decolonialidade. A proposta decolonial parte da crítica e reflexão sobre a estrutura eurocêntrica que reverbera na sociedade. Esse movimento busca empoderar os saberes e modos de vida



dos povos que foram historicamente subalternizados, rompendo as estruturas coloniais que foram impostas.

De acordo com a Barbara Carine (2023), a colonialidade é o reconhecimento e valorização dos saberes pelos povos originários: indígenas, africanos e afro-brasileiros que tiveram sua história silenciada. Ainda segundo a autora, existe a decolonialidade do saber que desencadeia a quebra do ideal de conhecimento, enfatizando que o idealismo europeu não é universal, e que esse viés de pensamento acaba deslegitimando os conhecimentos ancestrais dos diversos povos, por isso, é preciso valorizar as epistemologias das comunidades que foram colonizadas. Já a decolonialidade do ser, luta para o reconhecimento do direito de existência, pertencimento e identidade dos sujeitos subalternizados, explorando seu modo de vida e reconhecendo-o enquanto pessoa de direito, para construir sua identidade de forma positiva, ao ter confiança, autoestima, enaltecendo seus traços, cabelos e tom de pele.

O movimento decolonial deve ser incorporado na educação, considerando que o currículo é um espaço de disputas de poder que vai além da mera transmissão de conteúdos, pois nesse espaço de disputa há hierarquização e seleção de conhecimentos, com alguns sendo deslegitimados e outros valorizados. Assim, levando em conta que grande parte do conteúdo trabalhado atualmente nas escolas, foi produzido através de uma lógica eurocêntrica, observamos que há uma reprodução da ideologia eurocentrista. Considerando esses aspectos, podemos refletir em como problematizar tais questões a partir do currículo?

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (Gomes, 2012, p. 102).

As pessoas negras desde a época da escravização resistem e lutam por sua existência e em movimentos coletivos se uniram para manifestar, problematizando a segregação e violência que se encontra presente no seu cotidiano. Com isso, através das articulações em busca de direitos, na pressão em cima do Estado, em 2003 é implementada a Lei 10.639 que discute o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas e logo mais a referida lei, em meio as lutas dos movimentos indígenas, seguiu-se a Lei 11.645/08 que contempla o ensino da história e da cultura



indígena. Contudo, a implementação dessas medidas, não garante o cumprimento da EREER, pois há a escassez de formação para os profissionais docentes que estão inseridos na educação básica, o que dificulta o diálogo sobre a temática e colabora na propagação de estereótipos e preconceitos.

Existe uma lacuna na formação docente quando nos referimos a cultura e história das pessoas negras e indígenas. Conforme Cledineia Santos (2018), a EREER é abordada nos espaços educacionais apenas nas datas comemorativas, como o 13 de maio e 20 de novembro, com atividades que não refletem e nem apresentam as tradições, resistências e representatividade dessas comunidades, rotulando-os como “selvagens”, fantasiando as crianças ou apresentando a ideia de submissos, inferiorizando-os. Sendo que a verdadeira história é de resistência e coletividade.

Quando a escola não faz cumprir a lei omite-se diante dos esforços de preconceitos que se encontra instalados na sua práxis e com isso a colonialidade vai sobrevivendo com isso, pensar a educação a partir de uma visão decolonial se torna indispensável para o romper dos grilhões do preconceito e para a promoção do reconhecimento de si no exercício de pertencimento e respeito às diferenças. (Santos, 2018, p. 167).

Para pensarmos em uma educação antirracista de qualidade e emancipatória, precisamos exercê-la na base da educação básica, sendo ela, a primeira infância, pois como exposto anteriormente, o racismo não escolhe uma faixa etária e todas as nossas relações baseiam-se na cor. Segundo Jussara Santos (2024), os bebês e crianças negros são historicamente invisibilizados mediante as suas necessidades nos espaços educativos. A escuta, o colo e o afeto são distribuídos de maneiras distintas e a raça/etnia dita essas relações, causando a seletividade na creche e pré-escola. O racismo enquanto estrutura, está presente nos padrões de beleza e as crianças que fogem do padrão da pele clara, cabelo liso e traços finos, estão sujeitas a situações de exclusão nesses espaços. A autora acrescenta, que a reflexão sobre nossos próprios olhares para a infância, o acolhimento e a sensibilidade é imprescindível na EI, mas, como esses vínculos chegam até as crianças negras? Por isso, repensar as propostas, os afetos e o que consideramos belo é indispensável para a efetivação da educação antirracista na educação infantil.

Considerando que a EI é a primeira etapa da Educação Básica, sendo a pré-escola, com crianças de quatro e cinco anos, de frequência obrigatória, cabe aos cursos de



formação de professores, trabalhar e defender os conteúdos previstos nas Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008. A luta por uma educação antirracista precisa contar com o envolvimento de todos no processo educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa se deu a partir das experiências vivenciadas em uma instituição privada na cidade de João Pessoa - PB, com propostas de metodologias alternativas para desenvolvimento e aprendizagem das crianças, explorando e vivenciando a educação antirracista desde a educação infantil. A escola campo da investigação segue a perspectiva de projetos e esses são construídos através do conhecimento de mundo das crianças, as quais são dados espaços de participação para que elas possam opinar sobre o que querem aprender. Os educadores ocupam o papel de mediadores das propostas, ao organizar espaços e incentivar pesquisas que são feitas dentro e fora do contexto escolar, pois as famílias se envolvem nos projetos e em comunidade, busca-se as respostas para as questões norteadoras que surgem nos projetos.

Do ponto de vista cultural e social a escola busca aprender e retomar elementos que nos foram negados durante o processo histórico de formação da sociedade brasileira, como conhecer e saber sobre ancestralidade, religiões de matriz africana e indígenas, conhecimento alimentar e práticas de cura. Também valorizamos movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST), nos ensinando sobre luta agrária e soberania alimentar. Quando optamos por esses estudos no nosso currículo temos um compromisso coletivo, social e com as nossas crianças. (Melo, 2023, p. 5).

Somado a isso, é produzido mensalmente o Mural de Linguagens, no qual são discutidos temas relevantes para a comunidade, com o intuito de refletir sobre a sociedade e as relações que nela construímos, abordam-se temáticas como: Visibilidade Trans, Emergência Climática, Famílias de Todo Jeito, Sarau Poético, cultura popular, Brincadeiras Tradicionais e entre outros.

O mural de linguagens é uma abordagem significativa de aprendizagem apresentada em forma de imagens, desenhos, literaturas e palavras. Os temas do mural são discutidos durante o mês de janeiro com o corpo docente pensando de que forma iremos trabalhar. Todo mês cada tema é desenvolvido junto às crianças a partir da literatura infanto-juvenil, de músicas, imagens, artistas, lideranças importantes, vídeos e tudo que possa dialogar com os temas. (Melo, 2023, p. 4).



As temáticas trabalhadas na turma, foram voltadas a diversas possibilidades, com literaturas infantis como: Olelê: uma antiga canção africana, Meu Crespo é de Rainha, Princesas negras, A Arapuça de Ventos, Amoras e etc.. Somado a isso, foram apresentadas personalidades negras e as suas obras que contribuem para a perpetuação da cultura popular e a valorização da cultura preta, ao conhecerem o Emicida, Sued Nunes, Chico César, Liniker, Dandara e Zumbi dos Palmares e entre outros. Buscou-se contar a história de resistência na construção dos quilombos e a capoeira como patrimônio imaterial de origem negra. As crianças, exploraram brincadeiras africanas, realizaram desenhos com diversos materiais riscantes, dançaram e cantaram as músicas dos artistas apresentados, conheceram palavras e comidas com influências negras.

Inicialmente, no preparo das vivências e atividades, foram criadas expectativas de desafios que poderiam surgir através das experiências com a turma. Entretanto, considerando o espaço escolar e os sujeitos que estão em seu entorno, o processo foi rico em trocas e afetos que envolviam respeito à diversidade e algumas crianças da turma foram se reconhecendo enquanto pessoas negras, sendo a representatividade o fator essencial na construção das identidades positivas.

De acordo com os fatos supracitados, esta pesquisa buscou refletir sobre o trabalho docente a partir da educação decolonial, compreendendo o antirracismo como medida urgente para quebrar os ideais que a branquitude impôs nas sociedades. Como também, reconhecendo a criança como propulsora da sua aprendizagem, é possível promover ambientes propícios a ERER. É preciso formar professoras e professores que compreendam o seu papel na causa antirracista, para que propaguem o respeito a



diversidade de forma que emancipe os sujeitos que enfrentam a subalternização e, a conscientização dos privilegiados.

Ao discutir e provocar reflexões nas crianças, demonstrando a força que a ancestralidade possui, elas irão se reconhecer enquanto pessoas dignas de direito e afeto, assim irão aprender a questionar e serem críticas sobre as injustiças sociais. Com isso, a escola ao possibilitar que os educandos participem ativamente do planejamento pedagógico, está impulsionando sujeitos potentes. Por fim, observamos que se torna essencial promover diálogos, discussões e aprendizagens acerca da nossa história e ancestralidade com crianças pequenas, promovendo ambientes em que as identidades sejam construídas de forma positiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 25 de outubro de 2025.

BRASIL. **Lei n 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso de 25 de outubro de 2025.

CARINE, Bárbara. **Como ser um Educador Antirracista**. Editora Planeta do Brasil, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

MELO, Ana Paula Ferreira. **Bem Viver**: uma escola que se movimenta. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, Cledineia Carvalho. Educação, estudos pós-coloniais e decolonialidade: diálogos com a lei 11.644/08. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - UESB**. v. 33, n. 5, jan/jun 2018.

SANTOS, Jussara. **Democratização do Colo**: educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas. Campinas, Papirus, 2024.

